

FORMAÇÕES HISTÓRICAS DA TEORIA ARQUIVÍSTICA NO BRASIL: uma revisão a partir do surgimento dos cursos de bacharelado em Arquivologia

HISTORICAL FORMATIONS OF ARCHIVAL THEORY IN BRAZIL: a review based on the
emergence of bachelor programmes in Archivology

Iago Mendes Macedo | Gillian Leandro de Queiroga Lima

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag13a5>

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar um panorama acerca das formações históricas da teoria arquivística no Brasil, a partir da criação dos cursos de Arquivologia. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e quantitativa, onde foram adotados os seguintes procedimentos: levantamento bibliográfico, pesquisa documental e pesquisa de levantamento. Os resultados apontam para: as possíveis formações históricas que determinaram a construção do campo arquivístico no Brasil, apresentam as relações entre a Arquivologia e a Ciência da Informação; as determinações políticas na organização da Arquivologia em sua fase acadêmico-institucional; e demonstram o protagonismo do Arquivo Nacional do Brasil, bem como as iniciativas da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB). Conclui-se que o campo político e as relações de poder que o constituem determinaram o modo de organização do conhecimento arquivístico no Brasil.

Palavras-chave: Cursos de Arquivologia; História da Arquivologia, História dos Arquivos.

Abstract: This article aims to present an overview of the historical formations of archival theory in Brazil from the creation of Archivology programmes. The research is characterized as qualitative and quantitative, where the following procedures were adopted: bibliographic survey, documentary research and survey research. The results point to: the possible historical formations that determined the construction of the archival field in Brazil, presenting the relations between Archivology and Information Science; political determinations in the organization of Archivology in its academic-institutional phase; and demonstrate the role of the National Archives of Brazil, as well as the initiatives of the Association of Brazilian Archivists (AAB). It is concluded that the political field and the power relations that constitute it determined the way of organizing archival knowledge in Brazil.

Keywords: Archivology programmes; History of Archivology; History of Archives.

1. Introdução

Este artigo tem por objetivo apresentar um panorama acerca das formações históricas da teoria arquivística no Brasil a partir da criação dos cursos de Arquivologia. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica na plataforma online “Portal de Periódicos da CAPES” no intuito de identificar o arcabouço teórico capaz de oferecer subsídios à pesquisa, a qual é resultado de uma revisão bibliográfica desenvolvida no âmbito do projeto intitulado *As formações discursivas do saber arquivístico a partir do surgimento dos cursos de Arquivologia no Brasil*, com apoio do Programa Permanecer 2019, no âmbito da Universidade Federal da Bahia.

No âmbito do pensamento filosófico, a partir do século XIX e XX, a teoria do conhecimento passa a tratar sobre as formas e a validade do saber científico. Esta reflexão filosófica acerca da “racionalidade, conhecimentos, métodos e, mesmo, verdades” do pensamento científico propiciou o desenvolvimento da ciência moderna. Segundo Matos (2012), compreender o modo como o conhecimento de determinada área se estrutura, bem como se dá a sua organização e transformações é de extrema importância para o seu aperfeiçoamento.

Assim, Matos (2012) considera que o conhecimento arquivístico deixa de ser aleatório e casuístico à medida que passa a ser objeto de sua própria reflexão e autocrítica.

Nesse sentido, nota-se que os textos selecionados para revisão na pesquisa bibliográfica adotam uma concepção da Arquivologia como uma área do conhecimento humano dotada de saber teórico-prático, estruturado e organizado, e que tem como objeto de estudo o *documento de arquivo*. Constata-se também que a publicação do *Manual da Associação dos Arquivistas Holandeses*, em 1898, é um dos marcos inaugurais que atribui à Arquivologia um conhecimento orgânico estruturado. Embora não haja na obra a intenção de construir um campo do conhecimento científico, o manual “examina os elementos essenciais para a configuração da área, tanto do ponto de vista de suas bases teóricas e conceituais quanto das conjunturas históricas e geográficas” (MATOS, 2012:22).

No âmbito da Arquivologia, o termo “arquivo” é considerado um conceito central (MATOS, 2012). Desse modo, de acordo com o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (BRASIL, 2005:27), o termo “arquivo” pode referir-se tanto à “instituição [...] que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos” quanto ao “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”.

No que diz respeito ao arquivo enquanto instituição, a primeira Instituição Arquivística que determina os moldes dos arquivos públicos modernos é o Arquivo Nacional da França, criado em 1789, “primeiramente como Arquivo da Assembleia Nacional e depois transformado, em 24 de junho de 1794, no estabelecimento central dos arquivos do Estado [...]” (FONSECA, 2005:39, MATOS, 2012:26). Nesse sentido, Matos (2012:26) aponta que a formação dos arquivos nacionais acompanha com relativa precisão a história dos Estados Nacionais, pois, a partir da concepção de Estado Nação, há o estabelecimento da instituição arquivística “como órgão responsável pelo recolhimento, preservação e acesso dos documentos gerados pela administração pública”.

A análise dos resultados aponta ainda para a influência de técnicas e teorias francesas na construção do campo teórico arquivístico brasileiro, com a vinda, em 1959, do arquivista francês Henri Baullier de Branche, diretor dos Arquivos de Sarthe, em Le Mans, França. (ESTEVÃO e FONSECA, 2010; ARAÚJO e TANUS, 2013; MARQUES e RODRIGUES, 2008; MARQUES *et. al.*, 2018); bem como a influência do pensamento arquivístico norte-americano, com a vinda ao Brasil do arquivista estadunidense Theodore Roosevelt Schellenberg, vinculado à American University e considerado o “pai da Arquivologia Americana” (FONSECA, 2005; ARAÚJO e TANUS, 2013).

2. Metodologia

Esta pesquisa é caracterizada quanto aos seus objetivos como qualitativa e quantitativa. Utilizou-se dos procedimentos de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de levantamento.

A pesquisa de levantamento bibliográfico foi realizada no Portal de Periódicos da CAPES, onde foram pesquisados (em agosto de 2019) simultaneamente os seguintes termos:

“criação”, “cursos” e “arquivologia”. A pesquisa apresentou 102 (cento e dois) resultados, conforme apresentado no Quadro 1:

Quadro 1 – Pesquisa bibliográfica

Plataforma Consultada	Termos Pesquisados	Período da pesquisa	Filtros aplicados à pesquisa	Quantidade de resultados	Quantidade de artigos pré-selecionados (após leitura do resumo)
Portal de Periódicos CAPES/MEC	Criação AND Cursos AND Arquivologia	Agosto/2019	Artigos	102	10

Fonte: Elaborado pelos autores.

Após a realização da leitura dos resumos dos artigos apresentados no levantamento bibliográfico, foram pré-selecionados para leitura sistematizada e produção de fichamentos 10 (dez) artigos, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Descrição dos artigos selecionados

TÍTULO DO ARTIGO	AUTORES(AS)	REVISTA	DATA DE PUBLICAÇÃO
Arquivos e Arquivologia na França e no Brasil : marcos históricos e contextos singulares	Angelica Alves da Cunha Marques, Georgete Medleg Rodrigues, Christine Nougaret	<i>Revista Brasileira de História</i> , 38:78, 17-38	1 jul. 2018
A Construção do “campo científico” da arquivística no Brasil : debates iniciais e marcos temporais	Georgete Medleg Rodrigues, Angelica Alves da Cunha Marques	<i>Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação</i> , 1:1	1 abr. 2011
Diálogo entre as dimensões da competência em informação e os cursos de graduação em Arquivologia do sul do Brasil	Fernanda Martendal, Eva da Silva, Elizete Vitorino	<i>Em Questão</i> , 23:3, 53-78	set.-dez. 2017

Determinações políticas na produção científica da Ciência da Informação do Brasil : impacto da Tabela de Áreas de Conhecimento (TAC) do CNPq	Rodrigo de Sales, Eduardo Ismael Murguia	<i>Scire</i> , 21:1, 27-35	2015
Dinâmica das ações de informação no regime de informação do Laboratório de Tecnologias Intelectuais	Isa Maria Freire	<i>Prisma.com</i> , 35, 3-22	2017
Avaliação & Perspectivas da Ciência da Informação e da Arquivologia no Brasil : reflexões em movimento	Angelica Marques	<i>Em Questão</i> , 23:1, 183-201	jan.-abr. 2017
Arquivologia e Ciência da Informação : de mãos dadas?	Angelica Alves da Cunha Marques, Georgete Medleg Rodrigues, Christine Nougaret	<i>Informação & Sociedade</i> , 26:3	2016
Arquivista como protagonista nos eventos científicos : uma análise dos congressos de Arquivologia no Brasil	Katia Isabelli Melo	<i>Páginas a&b</i> , série 3, 10, 71-91	2018
Ser e não ser : as relações históricas entre Arquivologia e Ciência da Informação	Renato Pinto Venancio	<i>Brazilian Journal of Information Science</i> , 11:4	2017
Arquivologia e Ciência da Informação : submissão ou interlocução?	Angélica Alves da Cunha Marques	<i>Brazilian Journal of Information Science</i> , 11:4	2017

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com base nos fichamentos produzidos por meio da leitura dos artigos selecionados e também da leitura de outras fontes bibliográficas relacionadas ao objeto de pesquisa foram definidas, para análise e discussão dos resultados, as seguintes categorias operacionais: História dos Arquivos e da Arquivologia no Brasil; O Arquivo Nacional do Brasil: influências históricas; A construção do Campo Científico da Arquivologia no Brasil; Políticas (Legislação): LDB e Áreas do Conhecimento; Arquivologia e Ciência da Informação; e, por fim, O profissional Arquivista.

3. Análise e discussão dos resultados

A seguir é apresentada a análise e discussão dos resultados da pesquisa de levantamento bibliográfico com base nas categorias de análise definidas após a leitura e fichamentos dos textos selecionados.

3.1. História dos Arquivos e da Arquivologia no Brasil

O desenvolvimento da prática e das teorias arquivísticas esteve inicialmente atrelado à criação dos Arquivos Públicos Nacionais. Nesta perspectiva, o marco inicial da história dos arquivos e da Arquivologia no Brasil foi a criação do Arquivo Nacional brasileiro, em 1838, denominado na época de Arquivo Público do Império (MARQUES e RODRIGUES, 2008; TANUS e ARAÚJO, 2013; MARQUES *et al.*, 2018).

Tanus e Araújo (2013) consideram que a criação do Arquivo Nacional brasileiro está ligada à transferência da Família real para a colônia portuguesa, em 1808, pois trouxeram consigo

[...] parte da corte e seus pertences: documentos, mapas, moedas, estampas, manuscritos, livros, objetos de arte, entre outros, distribuídos em vários navios, [o que] apressou o processo de constituição dos espaços nacionais, como Arquivo, Biblioteca e Museu, os quais seriam responsáveis pela organização, armazenamento e preservação dos documentos oficiais (TANUS e ARAÚJO, 2013:84).

Marques e Rodrigues (2008) apresentam uma análise da construção histórica da arquivística no Brasil, desde a criação dos primeiros cursos técnicos ministrados pelo Arquivo Nacional até à conquista do espaço universitário, com a criação dos primeiros cursos de nível superior. Para tanto, recorrem à análise de documentos de arquivo pertencentes ao Fundo do Arquivo Nacional, que são complementados com pesquisa bibliográfica e entrevistas com pessoas que participaram do processo de criação e implantação do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília e com a atuação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB).

Conforme Marques e Rodrigues (2008), como resultado da preocupação do Arquivo Nacional (AN) em proporcionar uma formação especializada de seus funcionários, foi criado, no ano de 1911, por meio do Decreto nº 9.197, de 9 de dezembro, o Curso de Diplomática com a finalidade de “proporcionar cultura prática e theorica [sic], aos que se destinarem às funções especiais dos cargos desse estabelecimento” (MARQUES e RODRIGUES, 2008:105).

Já em 1922, através do Decreto nº 15.596, de 2 de agosto, foi criado um *Curso Técnico*, o qual era comum à Biblioteca Nacional (BN), ao Museu Histórico Nacional (MHN) e ao Arquivo Nacional (AN), e, assim como os cursos técnicos dos arquivos europeus da época, “exigia dos candidatos uma preparação para trabalhar, ao mesmo tempo, em bibliotecas, museus e arquivos” (MARQUES; RODRIGUES, 2008:105).

Contudo, Tanus e Araújo (2013) apontam que o Decreto que instituiu a criação do *Curso Técnico*, com duração de dois anos, o qual não chegou a entrar em funcionamento por diversas razões administrativas, marcou o fim do Curso de Diplomática. Considerando, deste modo, que o primeiro curso da área de Arquivologia no Brasil, voltado ao ensino regular, foi o Curso Permanente de Arquivos, criado em 1960. Anteriormente a esta data

[...] os profissionais do Arquivo Nacional e de outros arquivos contavam com cursos de formações esporádicas, promovidos pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/RJ), pelo Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho (IDORT/SP), pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pelo Departamento do Serviço Público (DASP) (TANUS e ARAÚJO, 2013:84).

Estes cursos possuíram um importante destaque na construção de parâmetros para a organização dos documentos em diversos arquivos do território nacional, inclusive na importação do modelo norte-americano que privilegiava a gestão de documentos. Nesta perspectiva, a trajetória tanto dos arquivos quanto dos cursos de Arquivologia no Brasil é marcada inicialmente pelas iniciativas do Arquivo Nacional, de modo que se torna difícil falar da trajetória arquivística brasileira sem falar da própria história do Arquivo Nacional (TANUS e ARAÚJO, 2013:85).

Em outro momento, Santos (2018) apresenta uma análise da história da arquivologia e dos arquivos no Brasil durante o século XX, mais especificamente do seu processo de institucionalização, a fim de compreender a trajetória histórica dos arquivos durante o primeiro governo do presidente Getúlio Vargas. A análise de Santos (2018) apresenta como marcos cronológicos a criação da Comissão Mista da Reforma Econômico-Financeira em 1935, o fim do Estado Novo e a saída de Luiz Simões Lopes da Presidência do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), ambos em 1945. Santos (2018) utiliza como principal fonte de pesquisa os documentos do fundo DASP depositado no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro.

Santos (2018), considera que a reforma administrativa proposta pelo então presidente Vargas é iniciada em 1935, com a criação da Comissão Mista de Reforma Econômico-Financeira. No ano seguinte é criada a Comissão de Reajustamento, sob a presidência do engenheiro agrônomo Luiz Simões Lopes, responsável pela elaboração do primeiro plano de classificação de cargos do governo federal baseado no sistema de mérito, o qual veio a tornar-se projeto de lei e, posteriormente, resultado na criação do Conselho Federal de Serviço Público Civil (CFSPC), em 1936, visando a “reconstrução do arcabouço da administração pública sob novas e sólidas bases, dotando-a de uma estrutura racional e seguras normas de funcionamento” (SANTOS, 2018:124).

Em 1937 é outorgada pelo presidente Getúlio Vargas uma nova constituição, a qual previa em seu artigo nº 67 a criação, através de decreto, de um Departamento Administrativo, subordinado ao presidente da república e com atribuição nas áreas de organização, métodos e execução orçamentária, que posteriormente foram ampliadas de modo a abranger também os objetivos e atribuições do CFSPC e da Comissão Permanente de Padronização. Desse modo, é criado em 30 de junho de 1938, através do Decreto-Lei nº 579, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Sob a direção de Luiz Simões Lopes o departamento buscou centralizar a reforma administrativa do funcionalismo público, “introduzindo critérios modernos de recrutamento e promoção que elegiam o mérito como a qualificação básica”, além de ter desempenhado um conjunto de funções normativas, de controle e operativas na administração de pessoal (SANTOS, 2018:125-126).

Nesse sentido, Santos (2018:130), aponta que a “organização e administração de arquivos” e “biblioteconomia” aparecem ao lado de “organização e administração de escritório”, o que demonstra que as “bibliotecas” e os “serviços de documentação” não ocuparam um lugar

central no novo “sistema”, mas eram compreendidas como “atividades auxiliares da administração”.

Evidencia-se este lugar dos arquivos ocupado na agenda da reforma administrativa, conduzida pelo DASP, através da Exposição de Motivos encaminhada ao presidente da República, em 3 de março de 1943, por Luiz Simões Lopes, o qual solicita a inclusão das atividades auxiliares da administração nas “Instruções” para execução do Decreto-Lei nº 776, de 7 de outubro de 1938, “que regula a especialização e o aperfeiçoamento de servidores públicos civis federais no estrangeiro, em cursos e estágios” (SANTOS, 2018:130-131). Os “arquivos” por sua vez, eram definidos pelo DASP como atividade de “organização e administração de arquivos”, o que, para Santos (2018:132), revela certa invisibilidade do campo arquivístico durante esse período, que resulta da fragmentação e da ausência de referenciais teóricos e metodológicos de matriz arquivística.

De um modo geral, Santos (2018) considera que, com a criação do DASP, o governo possuía o objetivo de “estimular, desenvolver e coordenar esforços no sentido de racionalizar e aperfeiçoar a ação do Estado no âmbito da administração geral”, configurando-se como um marco na constituição do Estado moderno no Brasil, “trazendo a concepção de modernização dirigida ao combate do patrimonialismo que predominara até então” (SANTOS, 2018).

3.1.1. O Arquivo Nacional do Brasil: influências históricas

O Arquivo Nacional brasileiro, a partir da sua criação, em 1838, possuiu uma forte influência das técnicas francesas. Esta influência está relacionada ao fato da formação intelectual da França ser referência da época, principalmente para os membros da burocracia brasileira, que possuíam formação europeia (ESTEVÃO e FONSECA, 2010:84; ARAÚJO e TANUS, 2013:86).

Identificou-se, no final da década de 1950, a primeira iniciativa por parte do Arquivo Nacional em buscar auxílio internacional para atender às demandas de formação de profissionais (MARQUES e RODRIGUES, 2008). Marques e colaboradores (2018) apontam que nesta mesma época ocorre a vinda de pesquisadores norte-americanos e franceses para o Brasil, além das seguintes iniciativas: a participação de brasileiros no *Stage Technique International des Archives (STIA)*; a continuidade da participação de brasileiros em cargos e comitês de instituições internacionais; e a tradução de obras estrangeiras para o português, a saber: *Manual de Arquivos; Documentos públicos e privados : arranjo e descrição* e *Arquivos modernos : princípios e técnicas* (ARAÚJO e TANUS, 2013:89).

Nesse sentido, em 1959, o então diretor geral do Arquivo Nacional brasileiro, José Honório Rodrigues, o qual permaneceu no cargo entre os anos de 1958 e 1964, emite um documento no qual relata que o Arquivo se encontra sem controle de acervos e sem quadro técnico capaz de atender a qualquer propósito de modernização (ARAÚJO e TANUS, 2013). O documento demonstra a necessidade de construção de uma “arquivística científica com base científica, em consonância com os avanços tecnológicos já observados em centros internacionais mais evoluídos” (SOARES, 1987:7; ARAÚJO e TANUS, 2013:88). Em virtude de tais fatos, José Honório Rodrigues, encaminha carta à embaixada francesa, onde solicita a colaboração de um profissional arquivista francês, utilizando-se dos seguintes argumentos:

O professor francês nos ajudaria a formar o pessoal técnico de que necessitamos para nossas tarefas iniciais. Nosso curso de preparação deverá ser iniciado em março de 1959, mas seria preferível contarmos com o Professor Arquivista francês de junho a novembro. O envio de pessoal brasileiro para cursar o *Stage International* seria feito posteriormente e como aperfeiçoamento (MARQUES e RODRIGUES, 2008:106).

Em 1959, chegou ao Brasil o arquivista francês Henri Baullier de Branche, diretor dos Arquivos de Sarthe, em Le Mans, França. Uma das suas primeiras tarefas foi compor o quadro de professores para o curso de aperfeiçoamento e treinamento dos funcionários do Arquivo Nacional (ARAÚJO e TANUS, 2013). Além disso, preparou um *Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil* – primeira edição de 1960 e segunda de 1975 – no qual examina os principais problemas dessa instituição. Nesse relatório, o arquivista francês “aponta aspectos positivos dos funcionários do Arquivo Nacional brasileiro e um otimismo quanto a sua evolução profissional, mas também observa a existência de uma grande lacuna na sua formação” (MARQUES e RODRIGUES, 2008:107).

Em 1960, inicia o funcionamento do Curso Permanente de Arquivos (CPA), caracterizando-se como o primeiro curso no campo da Arquivologia do país, “constituindo, portanto, o modelo francês como o primeiro referencial teórico na formação dos arquivistas” (BOTTINO, 1994; ARAÚJO e TANUS, 2013:88). Marques e Rodrigues (2008:107) apontam ainda que as sugestões de disciplinas do representante francês parecem esboçar uma proposta de currículo para uma futura disciplina acadêmica.

Além da influência do pensamento intelectual francês na formação do Arquivo Nacional e, conseqüentemente no curso de Arquivologia, a influência do pensamento arquivístico norte-americano também é existente na história das formações discursivas da Arquivologia no Brasil. O diretor do Arquivo Nacional, José Honório Rodrigues, no intuito de modernizar o Arquivo Nacional brasileiro, convida, na década de 1960, Theodore Roosevelt Schellenberg, arquivista estadunidense, vinculado à American University. Schellenberg, além de realizar importantes estudos acerca da situação arquivística no Brasil, “cedeu os direitos autorais de suas obras para tradução, são elas: *Manual de Arquivos; Documentos públicos e privados : arranjo e descrição* e *Arquivos Modernos : princípios e técnicas*”, que passaram a ser utilizadas no Curso Permanente de Arquivos (CPA) (ARAÚJO e TANUS, 2013:88-89).

Além disso, em virtude do aprendizado de outros idiomas e a realização de seminários, congressos e reuniões, foi possível a troca de experiências por meio de estágios e visitas técnicas realizadas em outros países, possibilitando assim, “por conseguinte, a entrada de outras influências como a espanhola, portuguesa, inglesa e canadense” no contexto da arquivologia no Brasil. (ESTEVÃO e FONSECA, 2010; ARAÚJO e TANUS, 2013:89).

3.2. A construção do campo científico da Arquivologia no Brasil

A década de 1970 foi um período de importantes conquistas do campo arquivístico brasileiro. Marques e colaboradores (2018:29-30) apontam, neste período, para a intensificação da cooperação arquivística internacional, com a vinda de professores e pesquisadores estrangeiros (franceses, italianos, espanhóis, norte-americanos, mexicanos, argentinos, colombianos e alemães); para a contínua participação de brasileiros no STIA e em cargos/comitês de instituições internacionais, especialmente na Organização das

Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no *International Council on Archives (ICA)* e na *Asociación Latinoamericana de Archivos (ALA)*; para a filiação do Arquivo Nacional ao ICA; para o início da participação de brasileiros em cursos da Organização dos Estados Americanos (OEA), oferecidos em Madrid e Córdoba; para o reconhecimento, pelo AN, da necessidade de intercâmbio entre especialistas nacionais e estrangeiros, inclusive com o estudo das normas internacionais; e para a melhoria da situação arquivística brasileira como alguns dos avanços da Arquivologia à época.

Neste sentido, de acordo com Marques e Rodrigues (2008), pode-se considerar que a experiência bem-sucedida do CPA contribuiu para criar as condições necessárias para se levar adiante o projeto de um curso Superior, como demonstra o trecho de um documento do Arquivo Nacional, do ano de 1974, apresentado a seguir (MARQUES e RODRIGUES, 2008).

Já dispondo de um Curso Permanente de Arquivos, de nível universitário, reconhecido pelo MEC e funcionando regularmente desde 1960 no Arquivo Nacional, com grande procura de candidatos oriundos dos mais diversos setores sociais do país, a formação de pessoal especializado em Arquivologia, capaz de aplicar as modernas técnicas aos arquivos brasileiros, chegou ao primeiro semestre deste ano com as condições básicas julgadas essenciais à execução do projeto de criação de uma Escola Superior, segundo parecer aprovado pelo Conselho Federal de Educação (MARQUES e RODRIGUES, 2008:107-108).

Araújo e Tanus (2013) apontam outros fatores igualmente relevantes que contribuíram para que o Curso Permanente de Arquivos tivesse uma maior projeção, tais como, “o primeiro periódico arquivístico nacional, o Mensário do Arquivo Nacional, de 1970, a autorização para a criação de cursos em nível superior, pelo Conselho Brasileiro de Arquivologia, ambos em 1972” (ARAÚJO e TANUS 2013:90). Marques e Rodrigues (2008:109), com base em Bottino (1994:14), complementam ao apontar que a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em 1972, “segundo a recomendação do I Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), quanto à definição de um currículo mínimo para esses cursos, encaminha ao Conselho Federal de Educação, um projeto de currículo”.

No ano de 1973, é firmado um acordo entre o Arquivo Nacional e a antiga Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), regulando o mandato universitário do Curso Permanente de Arquivos, “entretanto, o curso continuou sendo ministrado no Arquivo Nacional [...]” (ARAÚJO e TANUS, 2013:90). Conforme Marques e Rodrigues (2008:109), “em termos práticos, a Arquivística ainda não era reconhecida como habilitação para o 2º grau, tampouco como habilitação para o ensino superior”.

Em 1974, a Resolução nº 23, de 13 de maio de 1974, do Conselho Federal de Educação, fixa o primeiro currículo mínimo e a duração para um curso de arquivo em nível superior, fazendo com que o CPA adote um novo currículo (MARQUES e RODRIGUES, 2008:110). Este currículo era composto das seguintes disciplinas:

Introdução ao estudo da história; Noções de Contabilidade; Noções de Estatística; Arquivo I – IV; Documentação; Introdução a Administração; História Administrativa, Econômica e Social do Brasil; Paleografia e

Diplomática; Introdução à Comunicação; Notariado e uma língua estrangeira moderna (ARAÚJO e TANUS, 2013:90).

Em 1976, através da Portaria nº 5, de 15 de março, o Arquivo Nacional aprova o quadro de professores do Curso Permanente e dos seus Cursos Avulsos (MARQUES e RODRIGUES, 2008). Entretanto, somente em 1977, é que o curso é transferido para a antiga Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) (ARAÚJO e TANUS, 2013:90). Através do Decreto nº 79.329, de 2 de março de 1977, o curso passa a receber a denominação de *Curso de Arquivologia*. A Portaria nº 141, de 31 de março de 1977, emitida pelo presidente do Centro de Ciências Humanas da FEFIERJ, oficializa a integração do CPA ao espaço universitário, bem como nomeia os professores do curso (MARQUES e RODRIGUES, 2008:111).

Posteriormente, ainda na década de 1970, foram criados mais dois cursos universitários de Arquivologia, “um na Universidade Federal de Santa Maria, em 1977, e outro na Universidade Federal Fluminense, em 1978” (ARAÚJO e TANUS, 2013:90). Entre 1977 e 2006 foram criados mais nove cursos de Arquivologia no Brasil,

[...] distribuídos nas regiões sul, sudeste, centro-oeste e nordeste, nas seguintes universidades: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP/Marília) e Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) (MARQUES e RODRIGUES, 2008:112).

Embora não tenha sido criado nenhum curso de graduação na década de 1980, esse período é marcado pela criação de cursos de pós-graduação na área nas seguintes instituições: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), na Universidade Federal Fluminense (UFF), na Universidade de São Paulo (USP), na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e na Universidade Federal da Bahia (UFBA), todos na modalidade *lato sensu* (BOTTINO, 1994; ARAÚJO e TANUS, 2013:91).

Nesse sentido, com base em Jardim (1999), Araújo e Tanus (2013:91-92) consideram que os cursos de pós-graduação, embora sinalizem o interesse das instituições no ensino superior, demonstram “as dificuldades em estabelecer cursos de graduação, principalmente em função de questões relacionadas com a capacitação do corpo docente”. Além disso, com o processo de redemocratização do país, a Constituição de 1988 marca uma importante conquista para o campo da Arquivologia ao incluir, no 2º parágrafo do artigo nº 216, a prerrogativa de que “cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem” (ARAÚJO e TANUS, 2013:92, MARQUES e RODRIGUES, 2008:92).

Outro marco histórico foi a promulgação da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, a chamada Lei de Arquivos que “pode ter impulsionado a criação de cinco Cursos de Arquivologia na década de 1990”, exercendo papel fundamental na formação da identidade da Arquivística no país (MARQUES e RODRIGUES, 2008:112). A Lei de Arquivos previu também a criação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) (TANUS e ARAÚJO, 2013:92).

3.3. Políticas (legislação): LDB e áreas do conhecimento

No que diz respeito às políticas educacionais relacionadas aos cursos de Arquivologia, foram identificados dois marcos importantes nos textos analisados. O primeiro é a Tabela de Áreas do Conhecimento (TAC), elaborada pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq); e o segundo é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

3.3.1. Áreas do conhecimento do CNPq

Sales e Murguia (2015) apresentam uma análise das determinações na produção e organização do conhecimento científico no Brasil, mais especificamente da articulação entre a área da Ciência da Informação, da Biblioteconomia e da Arquivologia, sob uma perspectiva guiada não pelo seu objeto – a informação, mas a partir de influências externas, sobretudo determinadas pelas ações políticas dos governos.

Para tanto, adota-se como objeto de análise as TAC, uma das principais ferramentas de promoção das investigações científicas nacionais, elaborada pelo CNPq. Os resultados demonstram que, embora as TAC sirvam como uma importante ferramenta para a gestão científica e universitária, criam também deficiências e interferências políticas nas teorias e práticas de áreas consideradas tradicionalmente bem estabelecidas (SALES e MURGUIA, 2015).

A criação do CNPq remete-nos aos debates travados após a Segunda Guerra Mundial, que tinham por finalidade criar um plano de reconstrução da educação. No contexto latino-americano, seguindo as diretrizes da Segunda Conferência Geral da UNESCO, realizada em 1947, na Cidade do México, aconteceu em Montevideu, no ano de 1948, o Painel de Especialistas para o Desenvolvimento da Ciência na América Latina. O Painel contou com a presença de quinze cientistas procedentes de dez países, dentre os quais o neurologista, Miguel Osório de Almeida, o físico descobridor do efeito termodinâmico, Joaquim Costa Ribeiro de Almeida, e Enrique Rocha e Silva eram as representações brasileiras no evento (SALES e MURGUIA, 2015).

Assim, foi tirado como encaminhamento do Painel uma proposta com três linhas de ação que deveriam ser enfatizadas:

- 1) a necessidade da UNESCO apoiar o desenvolvimento da pesquisa básica em ciência na região;**
- 2) o estabelecimento de um sistema de emprego de tempo integral para pesquisadores, com a finalidade de evitar que se dedicassem a outras atividades;**
- 3) a criação de instituições de pesquisa que tivessem a coordenação nacional dessa atividade no país (SALES e MURGUIA, 2015:30).**

No Brasil, a consequência direta dessas recomendações foi “a fundação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 8 de julho de 1948, e, em 1949, o projeto de lei que criaria o CNPq dois anos depois” (PETITJEAN, 2006:71-72, SALES e MURGUIA, 2015:30).

Durante o segundo mandato do presidente Getúlio Vargas, em 1951, desta vez eleito de forma democrática, ocorre a realização de novas políticas que respondiam diretamente às novas demandas decorrentes dos avanços tecnológicos desenvolvidos durante a Guerra

Fria, “para qual se fazia necessária a intervenção direta do Estado” (SALES e MURGUIA, 2015:30). Nesse sentido, Sales e Murguia (2015), apontam duas iniciativas implementadas neste período:

[...] a primeira, mais ampla, respondia à política de consolidação do ensino público iniciada em 1930 com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e com a criação de uma comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – que posteriormente seria a CAPES (1951). Fruto dessa comissão foi a implementação do Programa Universitário em 1953. No ano de 1961 a CAPES ficaria subordinada diretamente à Presidência da República, para voltar ao Ministério da Educação e Cultura em 1964. A segunda foi a criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). A Lei 1.310 (1951) previa que fosse sua finalidade promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento (art. 1º). Também tinha entre outras atribuições: promover investigações científicas e tecnológicas por iniciativas próprias, ou em colaboração com outras instituições do país ou do exterior, e auxiliar a formação e o aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos, organizando ou cooperando na organização de cursos (SALES e MURGUIA, 2015:30).

Já em 1976, no intuito de facilitar a gestão e a avaliação do desenvolvimento científico “para alocação de recursos públicos para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa no país”, o CNPq estabelece uma primeira versão da TAC. Mais tarde, em virtude do surgimento, desdobramentos e incorporações de diversas áreas de saber, essa tabela foi atualizada sucessivamente em 1982 e 1984, sendo esta última a versão vigente até então. Sales e Murguia destacam ainda a existência de uma proposta de revisão da TAC elaborada em conjunto pelos CNPq, CAPES e FINEP, datada de 2005 (SALES e MURGUIA, 2015:31).

Analisando a configuração da Ciência da Informação vigente, nota-se “que a TAC/CNPq a localiza como uma área pertencente à grande área *Ciências Sociais Aplicadas I*, e a subdivide nas seguintes subáreas: *Teoria da Informação*, *Biblioteconomia* e *Arquivologia* (SALES e MURGUIA, 2015:32). Nota-se, portanto, conforme apontado por Sales e Murguia (2015:32-33), que essa formalização das áreas do conhecimento, apresentada por meio da TAC “reflete na macro visão estruturante das universidades, perceptível nos departamentos de Ciência da Informação que abrigam os cursos de Biblioteconomia e Arquivologia no Brasil”.

3.3.2. Atuação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

Segundo Araújo e Tanus (2013:94), na década de 1990, ocorre a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), através do Decreto-lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996, “que possibilitou uma autonomia no ensino dos cursos de graduação, entre eles a Arquivologia”. Em virtude da independência concedida às instituições de ensino superior para a montagem dos próprios projetos políticos-pedagógicos e currículos, ampliam-se os horizontes do profissional em Arquivologia ao privilegiar o desenvolvimento de competências, habilidades, aperfeiçoamento na formação cultural, técnica e científica (MARIZ, 2012:196).

Os cursos de Arquivologia em funcionamento antes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação seguiam apenas as orientações do currículo mínimo, fixado em 1974 e voltado para o exercício dentro da Administração Pública. Assim, o profissional arquivista passa a ter um maior espaço à reflexão e à pesquisa científica. Com a publicação da LDB, o Conselho Nacional de Educação, através do Parecer nº 492, de 3 de abril de 2001, expressa as Diretrizes Curriculares para o curso de Arquivologia (ARAÚJO e TANUS, 2013). Assim,

[...] fica claro uma proximidade em relação às competências e às habilidades profissionais também descritas nas diretrizes dos cursos de Biblioteconomia, as quais convergem para um profissional capaz de interagir, agregar valor, criticar, investigar, propor, planejar, processar e difundir a informação e o documento [...] (ARAÚJO e TANUS, 2013:94).

Em 2007, ocorre o lançamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), expresso através do Decreto nº 6.096, de 24 de abril,

[...] que possibilitou a criação de mais seis cursos de Arquivologia, nas seguintes universidades públicas: Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Rio Grande (UFRG), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal do Pará (UFPA) (ARAÚJO e TANUS, 2013:95).

A implementação do REUNI foi importante para situar o ensino da Arquivologia em uma nova fase, na qual, além do crescimento de cursos, influenciou a criação da Lei nº 12.527/2011, conhecida como lei de acesso à informação no Brasil, que impactou de forma positiva o acesso de diversos setores da sociedade à informação, reforçando as atividades de gestão documental previstas na lei anterior (Lei nº 8.159, 8 de janeiro de 1991), bem como fortaleceu o papel dos arquivos como mecanismos democratizantes e portadores de informação histórico-cultural (ARAÚJO e TANUS, 2013).

3.4. Arquivologia e Ciência da Informação

No que diz respeito às relações entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, existem diferentes abordagens nos textos analisados. Estas incluem as relações históricas (VENANCIO, 2017), as teóricas e epistemológicas (MARQUES, 2016; MARQUES, 2017a) e as político-institucionais (MARQUES, 2017b). Nota-se também que a classificação brasileira da Arquivologia enquanto uma subárea da Ciência da Informação não é consensual entre os pesquisadores do campo arquivístico (MARQUES, 2017a).

Marques (2017a) se propõe a realizar uma análise do ponto de vista teórico e epistemológico do campo do conhecimento arquivístico, que surge como uma disciplina autônoma, com seus objetos e métodos específicos, mas que, no entanto, ver-se classificada como uma área do conhecimento submetida a outras disciplinas, sobretudo, em sua fase político-institucional contemporânea brasileira, onde a Arquivologia, juntamente com a Biblioteconomia, é concebida enquanto uma área complementar à Ciência da Informação. Busca-se, então, compreender quais são as justificativas que fundamentam a classificação da Arquivologia na TAC, estruturada pelo CNPq, enquanto uma subárea da Ciência da

Informação. Assim, Marques (2017c) considera que as classificações apresentadas na TAC parecem apresentar o papel mais enciclopédico,

[...] mediante a fixação das relações entre as disciplinas [...] do que a divisão científica em grupos, pela afinidade dos objetos e dos instrumentos de pesquisa das áreas do conhecimento, respeitando as singularidades das diversas disciplinas científicas (MARQUES, 2017c:112, Abbagno, 2007:140).

Para Marques (2017c:19) a Ciência da Informação possui maior visibilidade político-institucional do que a Arquivologia, “possivelmente em razão da propagação do discurso informacional nos arquivos”. Nesse sentido, considerando a trajetória histórica e epistemológica da Arquivologia, pode-se dizer que a Arquivologia

[...] não pode ser compreendida como uma parte da Ciência da Informação, ainda que esta última tenha conquistado importantes espaços acadêmico-institucionais nos últimos anos, de maneira a abrigar cursos e pesquisas arquivísticos em universidades e programas de pós-graduação (MARQUES, 2016:181).

Apesar de não desconsiderar a possibilidade de possíveis parcerias entre as duas áreas, Marques (2016:181) afirma que a subordinação da Arquivologia à Ciência da Informação “camufla conquistas seculares daquela disciplina, encobrendo suas particularidades teóricas e epistemológicas por trás de questões político-institucionais”.

Por outro lado, Freire (2017), com base em Wersig (1993), considera a Ciência da Informação como um campo interdisciplinar, constituído através de um entrelaçamento de conceitos científicos. Assim, argumenta-se que o campo da Ciência da Informação “oferece recursos teóricos e tecnológicos aos pesquisadores e profissionais da informação, que promovem as competências necessárias para a socialização da informação” (FREIRE, 2017:19). Sendo possível, portanto,

propor pesquisas que possibilitem a união entre teoria e prática, em um espaço social onde cientistas e profissionais da informação possam desenvolver ações para promover o acesso, organização, apropriação e uso da informação, na sociedade em rede (FREIRE, 2017:19).

Em outra perspectiva, Marques (2017b) busca compreender a situação da Arquivologia enquanto uma subárea da Ciência da Informação a partir dos diagnósticos e prognósticos apresentados na Revista *Avaliação & Perspectivas*, mais especificamente das versões apresentadas nos anos de 1978 e 1982, pelo CNPq, através do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), considerando essas publicações um instrumento estratégico para o desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil.

A Ciência da Informação, a Biblioteconomia e a Arquivologia passaram a ser contempladas na versão de *Avaliação & Perspectivas* publicada no ano 1978, na qual estas disciplinas estavam coordenadas em uma única área reconhecida provisoriamente pelo CNPq, “Documentação e Informação” (MARQUES, 2017b). Em virtude da ausência de um especialista da área arquivística na primeira reunião do grupo responsável pela redação do documento, as informações a respeito da Arquivologia são menos detalhadas do que a Ciência da Informação e a Biblioteconomia. Notou-se ainda, na publicação de 1978, que a

decisão de coordenar estas três disciplinas em uma única área pauta-se nos usos internacionais e nacionais (MARQUES, 2017b).

Assim, com base nas publicações do CNPq, Marques (2017b:189) aponta que a Ciência da Informação é considerada um campo mais amplo e interdisciplinar por natureza, de propósitos investigativos e analíticos, enquanto a Arquivologia e a Biblioteconomia são consideradas disciplinas aplicadas, responsáveis pela coleta, organização, difusão e utilização de informações em todos os campos do saber, o que justificaria, portanto, a inclusão destas duas últimas disciplinas no campo da primeira.

Entretanto, já na Revista *Avaliação & Perspectivas* do ano de 1982, a Arquivologia é apresentada separadamente da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, sendo apontadas algumas necessidades, tais como:

[...] definição do campo teórico-epistemológico da disciplina; implantação do Sistema Nacional de Arquivos; regulação da Lei de Arquivo (à época em tramitação); implantação de sistemas estaduais de arquivo; tratamento adequado dos arquivos privados; criação de órgãos de fiscalização do exercício da profissão de arquivista, já reconhecida por lei; ampliação dos cursos de formação específica em Arquivologia e ou integrada à Biblioteconomia e à Ciência da Informação, no âmbito da graduação; criação de cursos de pós-graduação voltados para a Arquivologia; maior controle e divulgação de acervos arquivísticos; definição de métodos e técnicas arquivísticas; desenvolvimento de estudos quanto à administração e, mais especificamente, à avaliação de documentos; promoção do acesso à informação e aos documentos públicos; identificação, preservação e divulgação dos arquivos impressos decorrentes das atividades da área-fim das instituições públicas; planejamento da política voltada para a microfilmagem de documentos; estudos relacionados à restauração e conservação de documentos; automação de arquivos, tendo em vista a sua divulgação e o seu acesso; e desenvolvimento de programas de história oral (MARQUES, 2017b:193).

Assinalando, nesta perspectiva, a ausência de teorias biblioteconômicas e arquivísticas, “ainda que, contraditoriamente, a Ciência da Informação seja apresentada como o campo mais amplo, no qual essas disciplinas aparecem como disciplinas aplicadas” (MARQUES, 2017b:196).

Por outro lado, Venâncio (2017), considerando as associações nacionais como protagonistas da institucionalização da Arquivologia no Brasil e nos Estados-Unidos, analisa as produções bibliográficas de duas revistas da área de Arquivologia, ambas publicadas pelas associações nacionais de arquivistas dos seus respectivos países: a *The American Archivist*, revista norte-americana, e a *Arquivo & Administração*, revista brasileira, no intuito de discutir a relação da Arquivologia e a Ciência da Informação a partir de uma abordagem histórica comparativa.

O objetivo de Venâncio (2017) foi traçar uma linha histórica da relação entre Arquivologia e Ciência da Informação, comparando o contexto brasileiro ao norte-americano, tendo como objeto de análise as publicações dessas revistas ao longo dos anos. O autor aponta que buscou identificar a primeira menção do termo “*information science*/ciência da informação” nos mencionados periódicos e analisar o período das duas primeiras décadas

posteriores, na tentativa de identificar a partir de quando e de qual maneira alguns pesquisadores da área da Arquivologia passaram a estabelecer relações, através de suas publicações oficiais, com os pesquisadores da Ciência da Informação.

Desse modo, no que se refere à construção e institucionalização do campo arquivístico, os resultados apontam para uma realidade bastante distinta entre o Brasil e os Estados Unidos, embora em ambos os países as associações nacionais sejam consideradas protagonistas do processo de institucionalização da área. Assim, notou-se que a estruturação da Arquivologia norte-americana teve início “a partir das associações de pesquisa histórica, mas, nos anos 1930, se afastou delas, criando uma identidade própria, em forte diálogo com as teorias da administração” (VENANCIO, 2017:31). Nos Estados Unidos a Arquivologia se institucionalizou numa fase em que a Biblioteconomia e a Documentação ainda estavam em processo de estruturação e a Ciência da Informação não existia. No contexto brasileiro, no entanto, “na década de 1970, a arquivologia contou com a experiência prévia da biblioteconomia e documentação, áreas em que a aproximação com a ciência da informação estava em curso” (VENANCIO, 2017:31).

3.5. O profissional Arquivista

O *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (BRASIL, 2005:26) considera o Arquivista como o “profissional de nível superior com formação em **arquivologia** ou experiência reconhecida pelo Estado”. Contudo, no que se refere à definição do profissional Arquivista, Melo e Cardoso (2018:72) apontam para a “construção de um histórico que remonta desde os primeiros profissionais que exerceram as funções, até o reconhecimento e regulamentação”. Inicialmente o ofício de arquivista era exercido pelos escribas dos impérios, conforme as mudanças na organização das sociedades, aliada ao aumento considerável da massa documental, é construído também o campo teórico de atuação deste profissional (MELO e CARDOSO, 2018:72).

Nesse sentido, Melo e Cardoso (2018) analisam a visibilidade do profissional em Arquivologia no contexto brasileiro. A escolha do tema foi motivada pelos constantes questionamentos sobre a adequação dos currículos dos cursos de Arquivologia, tendo em vista o surgimento das novas tecnologias que exigem que esses profissionais atuem como gerenciadores de informação e, conseqüentemente, tenham uma aproximação cada vez mais crescente com a informática.

A proposta de Melo e Cardoso (2018:71) foi refletir sobre os debates promovidos nestes eventos científicos, no intuito de perceber “o quanto se discute sobre o profissional dentro da comunidade arquivística” e qual tem sido a sua relação com a tríade proposta por Souza (2011): a formação, o associativismo e o mercado de trabalho. Para isso, toma-se como objeto de estudo dois eventos científicos mais representativos da área: o Congresso Brasileiro de Arquivologia – CBA; e o Congresso Nacional de Arquivologia – CNA. Assim, os autores mapearam os artigos apresentados nestes eventos no intuito de identificar aqueles que apresentam como destaque os termos ‘*arquivista*’, ‘*archivero*’, ‘*archivólogo*’ e ‘*archivist*’, “[...] o que possibilitou gerar dados quantitativos das edições dos eventos em que esses termos estão destacados” (MELO e CARDOSO, 2018:74).

Verificou-se a existência de poucas reflexões acerca do profissional arquivista, sendo que as discussões travadas priorizavam “a situação dos arquivos públicos brasileiros por meio de estudos de casos, a introdução das novas tecnologias, microfilmagem e digitalização, o

que permite o protagonismo do arquivo nos eventos” (MELO e CARDOSO, 2018:87). Contudo, nos trabalhos em que o tema é abordado, notou-se a presença de “um novo olhar sobre o arquivista, decorrente, sobretudo, do ingresso no mercado de trabalho na administração pública”, em que esse profissional passou a atuar como gestor e onde “a Lei 12.527, de 2011, lei de acesso à informação, corroborou ao legitimar o papel do arquivista nas instituições” (MELO e CARDOSO, 2018:87).

Sob outra perspectiva, Martendal e colaboradores (2017) apresentaram as dimensões da competência em informação (técnica, estética, ética e política) e, através de pesquisa exploratória, documental e bibliográfica, buscaram relacioná-las ao perfil dos egressos dos cursos de Arquivologia do Sul do Brasil. Para tal, analisaram-se os Projetos Pedagógicos, mais especificamente o tópico denominado “Perfil dos Egressos”, dos seguintes cursos: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Segundo Martendal e colaboradores (2017:55), o estudo buscou “contribuir, na perspectiva do ensino, para identificar a competência em informação neste contexto também informacional”. Assim, a competência em informação é “caracterizada por um conjunto de comportamentos, conhecimentos, habilidades, valores e atitudes voltadas ao cenário informacional”. Ou seja, esta é a competência que o “profissional da informação desenvolve para lidar com seu objeto de trabalho e de estudo, de maneira a conhecê-lo, caracterizá-lo, geri-lo e disponibilizá-lo quando necessário” (MARTENDAL, SILVA e VITORINO, 2017:57). Os resultados da análise dos cursos das três Universidades demonstraram, portanto, a presença das quatro dimensões da competência em informação (técnica, ética, estética e política) no perfil dos egressos dos cursos de Arquivologia.

4. Considerações finais

O fato do território nacional brasileiro e as suas instituições terem sido construídas a partir de empreitadas colonizadoras por parte da coroa portuguesa, a partir do século XVI, determina, em grande medida, a forma de organização das instituições brasileiras, sobretudo do Arquivo Nacional do Brasil, cuja criação remete-nos à transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, o que constituiu um importante marco na história do campo arquivístico brasileiro, já que, anterior a esta data, toda a administração da colônia estava submetida a Portugal.

Assim, o Arquivo Nacional do Brasil desempenhou o papel de protagonista da história, isto porque, além de ser a primeira instituição arquivística do país, dele partiram as primeiras iniciativas no sentido da construção de um campo do conhecimento ao oferecer os primeiros cursos para a formação de pessoal para atuar com o tratamento de documentos arquivísticos. O AN foi responsável ainda pelas primeiras iniciativas que buscavam apoio internacional para a revisão de métodos e técnicas arquivísticas utilizadas no próprio Arquivo. Além disso, aliado às iniciativas da AAB, foi possível elevar o CPA, criado em 1960, ao nível superior. Determinando, portanto, um marco na construção do campo científico da Arquivologia brasileira.

Concernente às determinações políticas na organização do conhecimento arquivístico, nota-se que a TAC é uma ferramenta por meio da qual o governo federal, através do CNPq que por sua vez está submetido ao Ministério da Educação (MEC), busca facilitar o

gerenciamento científico e tecnológico no país. No entanto, as perspectivas políticas nem sempre correspondem à visão adota pela comunidade científica, como é o caso da não aceitação por parte de alguns pesquisadores em relação à classificação da Arquivologia enquanto uma subárea da Ciência da Informação na TAC. Contudo, há a possibilidade de estabelecer diálogos entre Arquivologia e Ciência da Informação, o que, no entanto, não justifica a subordinação da Arquivologia, um campo autônomo do conhecimento, dotado de arcabouço conceitual estabelecido ao longo dos anos, à Ciência da Informação.

Por fim, conclui-se que este trabalho cumpriu com o objetivo proposto ao apresentar um panorama acerca das formações históricas da área arquivística no Brasil, o que poderá vir a servir de base para futuros pesquisadores e interessados em conhecer um pouco da história da Arquivologia no Brasil.

Referências bibliográficas

ABBAGNO, Nicola

2007 *Dicionário de Filosofia*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila; TANUS, Gabrielle Francine de Souza Carvalho

2013 O Ensino da arquivologia no Brasil: fases e influências. *Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. [Em linha]. 18:37 (maio/ago. 2013) 83-102. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n37p83>.

BOTTINO, Mariza

1994 Panorama dos cursos de Arquivologia no Brasil : graduação e pós-graduação. *Arquivo e Administração*. [Em linha]. 15-23 (1994) 12-18. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta11/acervo100407/100407_360.pdf.

BRASIL. Arquivo Nacional

2005 *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/publicacoes-tecnicas/37-publicacoes/26-dicionario-brasileiro-de-terminologia-arquivistica-dibrate.html>.

ESTEVÃO, S. N. M.; FONSECA, V. M. M.

2010 A França e o Arquivo Nacional do Brasil. *Acervo : revista do Arquivo Nacional*. [Em linha] 23:1 (jan./jun.2010) 81-108. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/42570>.

FONSECA, Maria Odila Kahl

2005 *Arquivologia e Ciência da Informação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FREIRE, Isa Maria

2017 Dinâmica das ações de informação no regime de informação do Laboratório de Tecnologias Intelectuais. *Prisma.com*. [Em linha]. 35 (2017) 3-21. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/3511>.

JARDIM, José Maria

1999 A Universidade e o ensino da Arquivologia no Brasil. In *A Formação do arquivista no Brasil*. Niterói: EdUFF, 1999.

MARIZ, Anna Carla Almeida

2012 Reformas curriculares do curso de Arquivologia da UNIRIO : reflexões e propostas. In *Universidade & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa*. Org. Renato Venâncio, Adalson Nascimento. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha

2017a Arquivologia e Ciência da informação : submissão ou interlocução. *Brazilian Journal of Informacion Science: Research Trends*. [Em linha]. 11.4 (2017) 14-22. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2017.v11n4.04.p14>.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha

2017b Avaliação & Perspectivas da Ciência da Informação e da Arquivologia no Brasil : reflexões em movimento. *Em Questão*. [Em linha]. 23:1 (jan/abr. 2017) 183-201. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245231.183-201>.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha

2017c Ciência da Informação e Arquivologia: áreas do conhecimento? In *La Archivística y la ciencia de la información documental: autonomía e interdependencias*. Org. Miguel Angel Rendón Rojas. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2017. Disponível em: http://ru.iibi.unam.mx/jspui/handle/IIBI_UNAM/L143.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha

2016 Arquivologia e Ciência da Informação: de mãos dadas? *Informação & Sociedade: Estudos*. [Em linha]. 26:3 (set./dez. 2016) 169-184. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/29303>.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha; NOUGARET, Christine; RODRIGUES, Georget Medleg

2018 Arquivos e Arquivologia na França e no Brasil: marcos históricos e contextos singulares. *Revista Brasileira de História*. [Em linha]. 38:78 (2018). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472018v38n78-01>.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg

2008 A Construção do “campo científico” da Arquivística no Brasil: debates iniciais e marcos temporais. *Revista Ibero-americana de Ciência da Informação*. [Em linha]. 1:1 (jan./jun. 2008) 101-117. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rici.v1.n1.2008.947>.

MARTENDAL, Fernanda Frasson; SILVA, Eva Cristina Leite da; VITORINO, Elizete Vieira

2017 Diálogo entre as dimensões da competência em informação e os cursos de graduação em Arquivologia do sul do Brasil. *Em Questão*. [Em linha]. 23:3 (set./dez. 2017) 53–78. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245233.53-78>.

MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto

2012 A Evolução dos arquivos e do conhecimento em Arquivologia. *Revista Ibero-americana de Ciência da Informação*. [Em linha]. 5:2 (jul./dez. 2012) 19-28. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1688>.

MELO, Katia Isabelli; CARDOSO, Aline da Cruz

2018 Arquivista como protagonista nos eventos científicos: uma análise dos congressos de Arquivologia no Brasil. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. [Em linha]. Série 3, 10 (2018) 71-91. Disponível em: <https://doi.org/10.21747/21836671/pag10a6>.

PETITJEAN, Patrick

2005 Blazing the trail: Needham and UNESCO perspectives and realizations. In *UNESCO: sixty years of science at UNESCO, 1945-2005*. [Em linha]. Paris: UNESCO Publishing, 2005, p. 43-47. Disponível em:
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000149093>.

RIOS, Terezinha Azeredo

2006 *Compreender e ensinar : por uma docência de melhor qualidade*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RODRIGUES, Ana Célia

2015 Identificação como requisito metodológico para a gestão de documentos e acesso a informações na administração pública brasileira. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 42:1 (jan./abr. 2015) 64-80. Disponível em:
<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1395>.

SALES, Rodrigo de; MURGUIA, Eduardo Ismael

2015 Determinações políticas na produção científica da Ciência da Informação do Brasil: impactos da Tabela de Áreas do Conhecimento (TAC) do CNPq. *Scire*. [Em linha]. 21:1 (ene.-jun. 2015) 27-34. Disponível em:
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5128076>.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos

2018 A Institucionalização da Arquivologia no Brasil e a reforma administrativa no primeiro governo Vargas: 1935-1945. *Revista Brasileira de História*. [Em linha]. 38:78 (2018). Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882018000200121&lng=pt&tln=pt.

SOARES, I.

1987 José Honório Rodrigues e o desenvolvimento da Arquivística brasileira. *Ágora*. [Em linha]. 3:6 (1987) 6-11. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13279>.

SOUZA, Katia Isabelli Melo de

2011 *Arquivista : visibilidade profissional, formação, associativismo e mercado de trabalho*. Brasília : Starprint. 2011.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves

2011 A Organização do conhecimento arquivístico : perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 16:1 (jan./mar. 2011) 21-44. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362011000100003.

VENANCIO, Renato Pinto

2017 Ser e não ser: as relações históricas entre Arquivologia e Ciência da Informação. *Brazilian Journal of Information Science: research trends*. [Em linha]. 11:4 (2017) 23-32. Disponível em:
<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/7500>.

Iago Mendes Macedo | iagomendes07@gmail.com

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

Gillian Leandro de Queiroga Lima | gillianqueiroga@ufba.br

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil